

URBANISMO FEMINISTA: MULHERES, ESPAÇO URBANO E CONTROLE

FEMINIST URBANISM: WOMEN, URBAN SPACE AND CONTROL

Tuize ROVERE* 

Mariana Barbosa de SOUZA** 

Resumo: Este artigo tem a intenção de alargar o debate sobre o urbanismo feminista e suas contribuições para uma sociedade mais justa e equânime a partir de cidades que respondam às diferentes demandas presentes nos seus territórios. É nítido que o urbanismo continua sendo pautado por um discurso unidimensional, contemplando realidades hegemônicas, em favor da manutenção da estrutura patriarcalista da sociedade. Através de revisão bibliográfica sobre temas como biopolítica, decolonialidade e urbanismo feminista aliada a um breve levantamento de dados sobre a presente realidade das mulheres nas cidades brasileiras, o artigo se coloca como uma introdução à ideia de que o planejamento urbano tem funcionado como mecanismo de controle dos corpos no espaço, determinando aqueles que pertencem ou não a determinados lugares da cidade.

Palavras-chave: Urbanismo feminista. Biopolítica. Espaço urbano. Gênero.

Abstract: This article intends to broaden the debate on feminist urbanism and its contributions to a fairer and more equitable society from cities that respond to the different demands present in their territories. It is clear that urbanism continues to be guided by a one-dimensional discourse, contemplating hegemonic realities, in favor of maintaining the patriarchal structure of society. Through a literature review on topics such as biopolitics, decoloniality and feminist urbanism combined with a brief survey of data on the present reality of women in Brazilian cities, the article is an introduction to the idea that urban planning has functioned as a mechanism for controlling bodies in space, determining those who belong or not to certain places in the city.

Keywords: Feminist urbanism. Biopolitics. Urban space. Gender.

Submetido em 31/01/2022. Aceito em 21/07/2023.

* Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC – bolsista PROSUC/CAPES 1. Pós-graduada em Gerenciamento Ambiental pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC. Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pelotas/FAUrb – UFPel. E-mail: tuize.rovere@gmail.com

**Pós-Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Doutora e Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestra em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Licenciada em História e em Geografia pela Universidade Pitágoras Unopar e graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2010). Advogada - OAB/RS 98.797. Atualmente é Docente no Departamento de Administração Pública e também no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PPGAP (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

Introdução

As cidades abrigam fragmentos de diferentes realidades materializados de forma heterogênea e desigual no espaço e ao longo do tempo. Na multiplicidade urbana estão presentes diferentes grupos sociais como homens, mulheres, crianças, idosos, indígenas, negros, população LGBTQIAPN¹, entre outros, que demandam pela cidade de diferentes formas, de acordo com suas próprias experiências e apropriações. Ainda assim, o urbanismo como ciência vem sendo pautado por um discurso unidimensional, contemplando realidades hegemônicas, em favor da reprodução do capital, da divisão sexual do trabalho e da manutenção da estrutura patriarcalista da sociedade (COLLECTIU PUNT 6, 2019). Essa forma de abordagem do espaço urbano tem se refletido em planos urbanizadores segregadores e higienistas, que buscam o controle dos corpos no espaço, determinando em última instância, aqueles que pertencem ou não a determinados lugares da cidade. Por outro lado, as teorias feministas, de forma especial as decoloniais, e os estudos de gênero aplicados ao espaço urbano vêm buscando ampliar uma linha crítica de debates sobre as diferentes formas de pensar e fazer a cidade desde as demandas presentes nos territórios e das práticas individuais ou coletivas de vivenciar estes espaços.

O enfoque normativo do espaço urbano condiciona a construção da cidade na perpetuação da organização heteropatriarcal e capitalista, fundamentada nos papéis de gênero segundo o binarismo homem/mulher. Essa forma de abordagem estabelece ainda o rendimento econômico como padrão de bem-estar social e as necessidades privadas como padrão para o desenvolvimento (COLLECTIU PUNT 6, 2019). A crítica feminista do espaço urbano, por sua vez, reconhece a necessidade de visibilizar outras demandas presentes nos territórios, desde a necessidade do cuidado até as distintas dinâmicas de apropriação do espaço para a realização da vida. O urbanismo feminista vem buscando contemplar os diferentes corpos e diferentes necessidades, em direção à construção de uma sociedade mais equânime, e por consequência, de uma cidade que responda melhor a essa diversidade.

No que diz respeito às diferenças, os espaços urbanos normativos são configurados para acolher o corpo normativo, aquele que responde à suposta neutralidade dos planos urbanísticos universalizantes² e que privilegiam e confirmam os poderes hegemônicos. As construções de gênero que respondem à modernidade ocidental eurocentrada são binárias e patriarcais e servem à reprodução e manutenção do capital:

A colonialidade do poder implica relações sociais de exploração/dominação/conflito em torno da disputa pelo controle e domínio do trabalho e seus produtos, da natureza e seus recursos de produção, pelo controle do sexo e seus produtos, da reprodução da espécie,

¹ A sigla LGBTQIAPN+ representa um grupo de pessoas que se reconhece por orientação sexual ou identidade de gênero diferente do que é tido como aceito na sociedade patriarcal, machista e conservadora que defende que o gênero e a sexualidade precisam obedecer ao sexo biológico. Seu significado é L: lésbicas; G: gays; B: bissexuais; T: transgêneros, transexuais e travestis; Q: queer; I: intersexo, A: assexuais, P: pansexuais e N: não binárias.

² Pautado no sujeito universal protagonista das relações patriarcalistas: homem, branco, heterocisnormativo, produtivo ao capital e centro das decisões políticas.

da subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, inclusive o conhecimento e a autoridade, seus instrumentos de coerção. (CURIEL, 2020, p. 127)

Os papéis de gênero construídos para homens e mulheres a partir desta visão determinam as categorias que se repetem na produção do espaço urbano. Esse espaço é planejado a partir de regras que apagam a problemática da diferença, tomando como base a divisão sexual do trabalho, desconsiderando as experiências de mulheres afetadas não só pela divisão de classes, mas pelo racismo, pela heterossexualidade compulsória e pelas questões espaciais e geopolíticas (CURIEL, 2020). Nesse contexto, no qual as mulheres são lidas como responsáveis pela reprodução da vida e os homens pelo trabalho remunerado, o trabalho feminino é apropriado como lastro do sistema capitalista, tendo a função de liberar ou reproduzir o contingente de trabalhadores para o mercado, ajudando na manutenção das forças reprodutivas (FEDERICI, 2019). Essa dinâmica centraliza ainda a família nuclear heterossexual, branca e de classe média como centro do planejamento das cidades e da constituição das políticas públicas urbanas (COLLECTIU PUNT 6, 2019), reafirmando a dicotomia “público” *versus* “privado” – “reprodutivo” *versus* “produtivo”, aprofundando as relações de segregação e não pertencimento aos diferentes espaços a partir dessa configuração.

1. A dicotomia “masculino x feminino” e o espaço urbano patriarcal

Entende-se “feminino” como um conceito socialmente estabelecido, a partir das práticas, performances e identidades construídas, fundamentadas em um papel social assumido. O sistema de significação de gênero é relacional, mutante e individual, além de posicionamento político e dependente do lugar que cada corpo assume diante de relações sociais de poder (SCOTT, 1989; BUTLER, 2014; SAFFIOTTI, 2013 *apud* TAVARES, 2015). Nesta concepção, a construção de identidades masculina ou feminina não são inerentes às condições biológicas, e sim calcada em subjetividades, em que o sujeito está em processo constante de construção. O sistema de gênero pode ser considerado como um sistema normativo de produção e naturalização de comportamentos sociais quando ligado ao binarismo “masculino-feminino”, ou ao contrário, uma forma de desconstruir esse mesmo sistema, conforme Butler:

Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2014, p. 253).

Aqui se trata o termo gênero como não associado ao binarismo normativo, em que homens ocupam necessariamente corpos masculinos e mulheres os corpos femininos. Ao contrário, busca-se problematizar as formas ocidentais e colonializadas de controle dos comportamentos de homens e mulheres, especialmente no que diz respeito à produção e apropriação do espaço urbano. Nesse sistema, as funções sociais femininas ainda estão intimamente ligadas à função reprodutiva, ainda que com atravessamentos de raça e classe.

O padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. (SILVA, 2009, p. 123).

Segundo o relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”³ publicado pela Oxfam em 2020, mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam, todos os dias, gratuitamente, cerca de 12 bilhões de horas de trabalhos de cuidados. Mesmo que inseridas no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo levadas a arcar com esta função, acumulando responsabilidades e realizando jornadas duplas ou triplas diariamente. Além disso, as mulheres continuam recebendo menores remunerações e ocupando os trabalhos mais precarizados em relação aos homens. Nessa divisão sexual do trabalho, onde a produtividade é a medida, as mulheres se encontram hierarquicamente colocadas abaixo dos homens, uma vez que dividem seu tempo entre os dois tipos de trabalho: remunerado e reprodutivo não remunerado. Em uma sociedade que valoriza o trabalho que reproduz o capital em detrimento do trabalho que reproduz a vida, é uma consequência quase que óbvia que a materialização destas relações no espaço das cidades normativas se dê da mesma forma. É preciso considerar ainda o acesso ao mercado formal de trabalho, que tem como o alvo o homem branco produtivo e a mulher branca nessas mesmas condições. As mulheres negras ou não-brancas, segundo a classificação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), estão sujeitas ao desemprego, aos empregos não regulamentados e ao trabalho doméstico. Segundo o relatório “A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação” (2005), mais de 50% das mulheres negras nas cidades de São Paulo, Salvador e Recife, estavam inseridas no mercado informal de trabalho.

O cotidiano feminino nas cidades está imbricado com o espaço privado no interior das residências, nos quais a mulher realiza o trabalho reprodutivo, remunerado ou não. Para Calió (1993) a divisão do espaço-tempo urbano entre a dimensão objetiva do trabalho e a subjetiva da casa explicita a diferença de comportamentos e atitudes entre homens e mulheres em relação à cidade. A combinação do patriarcado com o capitalismo na constituição normativa do espaço urbano, através das regulações e planos urbanísticos,

³ Relatório no endereço eletrônico:

https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf

vem reafirmar a divisão entre trabalho masculino e feminino, controlando os corpos femininos no sentido de a eles impor a responsabilidade da execução do trabalho reprodutivo. Assim, os comportamentos sociais de homens e mulheres no espaço urbano são reafirmados a partir das políticas públicas urbanas que não se desenvolvem a partir das diferentes demandas relativas às construções de raça, classe e gênero presentes nos territórios, mas sim no sentido da manutenção da cidade patriarcalista.

Sendo a cidade fruto das interações sociais (LEFEBVRE, 2001), uma sociedade regida pela lógica patriarcal produz espaços urbanos normativos e racionalistas que acabam reproduzindo em si as relações de subordinação e constrangimento do corpo não normativo: aquele que não corresponde ao modelo branco, masculino e cisheteronormativo. A cidade tratada do ponto de vista universalizante, leia-se masculinizante, apaga os conflitos sociais que não dizem respeito aos conflitos de classes. A casa é vista como simples unidade geográfica, sem estruturas hierárquicas de poder e sem levar-se em consideração todo o trabalho reprodutivo ali realizado, ignorando dessa forma grande parte do trabalho realizado pelas mulheres e que se desenvolve no espaço privado. Os constrangimentos a que as mulheres estão submetidas no espaço público também dizem respeito à lógica capitalista da produção do espaço urbano, no qual a cidade se desenvolve de maneira a atender às necessidades de reprodução do capital.

O olhar para a diferença é um importante elemento para a construção de um espaço urbano não normativo, além de elemento fundamental para a compreensão dos fenômenos intrínsecos a ele. Assim, a abordagem de gênero nos estudos urbanos, a partir do urbanismo feminista, traz o necessário olhar crítico para aquilo que é socialmente construído como natural para a mulher e para o lugar que ela, em tese, deveria ocupar na sociedade. Indo além, considera-se ainda de que forma estas construções sociais influenciam na produção do espaço urbano, tendo em vista que essa produção se dá diante de relações sociais que se reproduzem e são contingenciadas, mas também tensionadas e reconfiguradas a partir de diferentes realidades.

2. Mulheres, espaço urbano e controle

Operando em direção da manutenção da divisão sexual do trabalho, tão interessante aos moldes patriarcalistas de construção das cidades ocidentais, a configuração do espaço urbano acaba por recolocar as mulheres na condição de responsáveis pelo trabalho reprodutivo: continuam responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico não remunerado de cuidados com a casa (limpeza, alimentação, manutenção, etc.) e com as pessoas dependentes (crianças, idosos, enfermos, etc.). De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 90% das mulheres brasileiras desempenham esta função. Para os homens, este percentual é de 50%⁴. Os relatórios do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) de 2009 demonstram que as mulheres despendem em média 26,6 horas semanais apenas com os serviços

⁴ Dados do IPEA em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14321

domésticos não remunerados, enquanto os homens gastam 10,5 horas para desempenhar o mesmo tipo de trabalho⁵. A condição social em que estas mulheres se encontram também é determinante para a realização deste tipo de atividade: quanto mais pobre, maior a carga a que são submetidas.

Ainda que o trabalho doméstico sem remuneração permaneça essencialmente entendido como um trabalho feminino, as mulheres têm assumido cada vez mais a responsabilidade pelo sustento das famílias, sejam monoparentais ou não. Segundo dados do censo do IBGE do ano de 2010⁶, as mulheres são responsáveis por quase 40% dos domicílios urbanos brasileiros. Levando-se em consideração a composição familiar, nas famílias que contam somente com um responsável, cerca de 88% destes são mulheres. Cabe ressaltar que 46,4% das famílias urbanas que vivem com rendimentos de até ½ salário mínimo são de reponsabilidade feminina, assim como 30% das famílias com filhos de até 5 anos de idade.

As demandas femininas das mulheres que adentram o mercado de trabalho entram em choque com a estrutura física das cidades e a maneira funcionalista que o planejamento urbano normativo continua a configurá-las (HOFF, 2018). As mulheres, responsáveis pela dupla jornada de trabalho (remunerado e doméstico), são as que se utilizam do espaço urbano de forma mais complexa, conciliando as atividades consideradas não produtivas com as atividades produtivas. Enquanto o homem-padrão (branco e produtivo) realiza um deslocamento pendular e normalmente motorizado (casa-trabalho, trabalho-casa), elas ocupam a cidade realizando percursos poligonais atendendo às necessidades familiares, além de suas próprias: levam os filhos à escola, aos serviços de saúde, aos espaços de lazer, constantemente no mesmo deslocamento que realizam ao trabalho (MADARIAGA, 2004). No caso das mulheres em situação de pobreza, que não tem acesso aos bens e serviços privados, esta condição afeta ainda mais a sua mobilidade urbana e por consequência sua autonomia:

Las mujeres son las principales usuarias del transporte público, encadenan más viajes, viajan por más motivos diferentes, recorren distancias más cortas, realizan una gran parte de sus desplazamientos en el entorno de la vivienda y hacen muchos viajes acompañando a otras personas que carecen de autonomía personal. Aunque se muevan más, tienen menos movilidad y ésta está constreñida por su dependencia de las necesidades de los otros y de los horarios de los servicios públicos, y por su menor acceso al transporte privado. (MADARIAGA, 2004, p. 109).

Como maiores usuárias dos serviços e bens públicos, as mulheres pobres utilizam de forma mais intensa o transporte coletivo, creches, escolas e postos de saúde. Além disso, são dependentes das infraestruturas públicas urbanas (iluminação e saneamento, etc.) e ainda de equipamentos urbanos de lazer e cultura como praças e parques (MUXÍ, 2009; MADARIAGA, 2004). A consequência direta é que essas mulheres se tornam as principais afetadas pelos processos de segregação urbana ao ter o seu trabalho social e reprodutivo dificultado pela falta de mobilidade e condições de bem-estar no espaço urbano:

⁵ Dados da PNAD em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf

⁶ Dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, expressos no relatório *Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*, disponível em: <http://agenciapatriaciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/10/dados-de-genero-ibge.pdf>.

Si la vida cotidiana funciona, funciona todo lo demás. Hasta ahora las ciudades se han pensado desde las necesidades de la producción, del trabajo pagado, sin darnos cuenta de que todo ello es sostenido por un trabajo invisibilizado para el que las ciudades no han sido pensadas. Las distancias de las ciudades pensadas en funciones separadas, teóricamente rentables para la producción, hacen inviable que las mujeres con responsabilidades reproductivas puedan acceder en igualdad de condiciones que los hombres a estos trabajos. (MUXÍ, 2009, p. 42).

As políticas públicas urbanas, especialmente nos países colonizados e periféricos, insistem em reafirmar o papel social feminino de responsável por este trabalho invisibilizado. A construção da cidadania sexualizada (MARIANO, 2009), que ocorreu no mundo ocidental, colocou homens e mulheres em lugares diferentes em relação ao acesso aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, configurando um cidadão masculino. O Estado corrobora esse papel ao condicionar o acesso às políticas públicas sociais ao trabalho de cuidado e manutenção da família e dependentes pelas mulheres.

Inúmeros são os estudos produzidos no Brasil que apontam justamente para o fato de que a cidadania das mulheres pobres é diretamente influenciada pelo grau de acesso a serviços públicos e equipamentos sociais de uso coletivo, o que remete ao debate sobre investimento em políticas sociais. A carência desses serviços e equipamentos e sua distribuição desigual entre diferentes regiões da cidade ou do país refletem, portanto, na negação de cidadania para grandes parcelas da população, com efeitos diferenciados para homens e mulheres em razão da divisão sexual de papéis vigente em nossa sociedade. (MARIANO, 2009, p. 128).

Porém, esse fenômeno não se dá sem encontrar resistências desde o território e da ação dessas mesmas mulheres. Para McDowell (2000), os espaços surgem das relações de poder e as relações de poder hegemônicas estabelecem as normas. As normas, por sua vez, definem os limites tanto sociais como espaciais, indicando quem pertence e quem deve ser excluído de um lugar, situação ou de uma determinada experiência. Já Foucault (2019) refere-se às relações de poder estabelecidas desde o capitalismo como garantia da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção, ajustando os fenômenos populacionais aos processos econômicos. Segundo o autor, enquanto o desenvolvimento dos aparelhos do Estado garantiu a manutenção das relações de produção, a biopolítica, presente em todos os níveis do corpo social e utilizada por instituições como a família e a escola, foi agenciadora de processos socioespaciais de segregação e hierarquização social, garantindo a manutenção das relações de dominação e hegemonia, inclusive entre os diferentes gêneros (FOUCAULT, 2019). Nessa concepção, o poder atuaria como uma rede, operando por meio de discursos, instituições e práticas, demonstrando como opera localmente no corpo e através de práticas disciplinares que permitem ou restringem as liberdades individuais e coletivas (McLAREN, 2016). Essa dinâmica não se dá da maneira pacífica, controlando os corpos e moldando os espaços suavemente. Ao contrário, na escala do território, as resistências e transformações se dão também a partir dos saberes considerados como desqualificados. Para Foucault (2019), esse processo não se trata de uma dicotomia, e sim de uma insurreição de saberes contra os efeitos de poder centralizadores ligados à instituição. Assim não se trata de um único saber dominante, mas de saberes dominantes que operam em diferentes escalas e

mecanismos, através do Estado ou não, e encontram diferentes modos de resistências, através das práticas cotidianas e dos saberes e discursos subalternizados.

Entre os constrangimentos impostos aos corpos femininos e as lutas cotidianamente travadas pela ocupação do espaço público está o enfrentamento da segregação urbana pelas mulheres periféricas. Embora a literatura brasileira venha tratando o fenômeno da segregação urbana como um fenômeno universal, abordando somente o que diz respeito à classe social, a abordagem feminista do espaço urbano vem apontando para as consequências específicas da segregação urbana para as mulheres, especialmente aquelas que se encontram em situação de pobreza e precariedade habitacional.

Villaça (2001) aponta para o fato de que a segregação envolve não só o preço da terra urbana, mas condições de proximidade aos bens e serviços e atrativos como infraestrutura, natureza e status, fatores que levam à procura por aqueles que têm condições de escolher seu local de moradia. Não se refere somente ao valor da terra, na medida em que as classes mais altas também podem procurar pela terra mais barata das periferias urbanas, se for de seu interesse e de acordo com os atrativos ali presentes. Assim, a segregação pode ser considerada um processo dialético “em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”, tratando-se então de um processo único, no qual os mais ricos segregam-se voluntariamente em busca dos locais que melhor lhes convêm, e os mais pobres sofrem em consequência a segregação involuntária, sendo levados a ocupar os espaços mais baratos e nos quais as classes mais alta não tem interesse. Essa ocupação normalmente se dá via moradias irregulares, cedidas, alugadas ou ainda através das políticas públicas habitacionais, ocupando locais normalmente afastados dos centros urbanos em que se localiza o setor terciário e que contam com menos atrativos. (VILLAÇA, 2001, p. 148). A mobilidade urbana também é vista por Villaça (2011) como fator fundamental no processo de segregação involuntária, que os mais pobres ocupam normalmente os locais mais afastados e com menor mobilidade urbana. Destaca-se ainda a influência da setorização das cidades funcionalistas modernas, em que as áreas industriais, de moradia e de serviços são separadas. Setores com a função exclusiva de moradia, nos quais normalmente são implementados os conjuntos habitacionais sociais promovidos pelas políticas públicas habitacionais, acabam por dificultar a mobilidade feminina.

Entende-se que apesar de existir uma subserviência construída na produção do espaço urbano em relação a sua forma normativa e racionalista, a concepção feminista de construção e mudança da cidade resiste e se mostra, principalmente por meio de suas vivências. Nesse sentido, Madariaga (2004) assevera que as necessidades das mulheres entram em choque com as estruturas do espaço urbano, que são funcionalistas, além de normativas. Hoff (2018) aponta que as mulheres, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, não acessam os bens e serviços particulares e tal condição influi para a mobilidade urbana e, conseqüentemente, para a autonomia feminina.

O aumento da distância da moradia aos serviços, comércios e empregos, muitas vezes inviabiliza a inserção feminina no mercado de trabalho e ainda na esfera social. Outro fator implicado pela dificuldade de mobilidade e apontado por Villaça é o tempo de deslocamento. Quanto maior a distância entre locais de

emprego e residência, maior o tempo de deslocamento entre eles. Muitas mulheres, obrigadas a tomar conta dos filhos sem contar com redes de apoio, acabam ficando confinadas ao espaço doméstico, sem acesso ao emprego remunerado. Essas mulheres muitas vezes têm a mobilidade diminuída pela distância e também pelo tempo necessário para conciliar o cuidado com os filhos e o deslocamento até o trabalho (HOFF, 2018). Nesse contexto cabe a discussão que relaciona a abordagem de gênero com a democratização do espaço urbano, da cidade.

Considerações finais: a abordagem de gênero e a possível democratização da cidade

A partir das questões sociais de gênero, raça e classe surge a possibilidade de produção científica dedicada a compreender a forma como o gênero influencia concepções teóricas e práticas, e como as mulheres e outros grupos vulnerabilizados vêm sendo deixados em segundo plano frente à suposta neutralidade científica que prioriza uma realidade sobreposta a todas as outras. Pesquisar as diferenças, sob uma perspectiva feminista é desafiar a lógica dominante do mundo patriarcal. Assim, investigar os fenômenos urbanos sob a abordagem feminista é atender a antigas reivindicações de luta feminista por um outro olhar sobre os fenômenos urbanos, na busca da construção de espaços mais democráticos, que tragam cidadania para todas e todos. A cidade por si tem sido espaço de luta e resistência. As reivindicações das mulheres por creches, educação não sexista, salários iguais, formação profissional, direito à saúde sexual e controle de natalidade, segurança pública, moradia digna e acesso igualitário aos bens e serviços públicos urbanos, nada mais são do que a reivindicação de cidadania e direito efetivo à cidade.

Mulheres e homens vivenciam a problemática urbana de maneira diferenciada, assim, como deixar de lado metade da população em nome de uma suposta universalização das questões socioespaciais que se desenvolvem nas cidades? Grande parte das propostas de políticas públicas não contemplam as diferentes realidades que se materializam no espaço urbano. A busca por estratégias que melhorem a qualidade de vida das mulheres e assim de outros grupos vulneráveis passa necessariamente por mudanças na abordagem dos problemas enfrentados. Entre as diferentes possibilidades de enfrentamento está a busca por respostas científicas e a produção do conhecimento que contemple essa parte da população. Só é passível de mudança aquilo que é visto. Neste contexto, o olhar para a mulher e suas questões é fundamental para a busca da cidadania plena e a mudança da sociedade na prática.

Referências

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. Cadernos Pagu, N. 42, p. 249-274, janeiro-junho de 2014. Disponível em: [\(12\) \(PDF\) Regulações de gênero \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 18 out. 2021.

CALIÓ, Sônia Alves. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano**. [s.n.t.]; CALIÓ, Sônia Alves; LOPES, Maria Margaret. Mulher e espaço urbano. [s.l.:s.n.]. 1992.

Disponível em: [Microsoft Word - 737.DOC \(observatoriogeograficoamericalatina.org.mx\)](#). Acesso em: 10 out. 2020.

COLLECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista:** por una transformaci3n radical de los espacios de vida. Barcelona: Virus Editorial, 2019.

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.** HOLLANDA, Helo3sa Buraque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas docoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

FEDERICI, S3lvia. **O ponto zero da revolu33o:** trabalho dom3stico, reprodu33o e luta feminista. S3o Paulo: Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Hist3ria da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro/S3o Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

HOFF, Tuize R. **A cidade e a mulher:** segregac3o urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS. 2018. 146 f. Disserta33o (Programa de P3s-Gradua33o em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

LEFEBVRE, Henry. **O direito 3 cidade.** S3o Paulo: Editora Centauro, 2001.

MCDOWELL, Linda. **G3nero, identidad y lugar:** un est3dio de las geograf3as feministas. Madrid, Espanha: Ediciones C3tedra, 2000.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade.** S3o Paulo: Intermeios, 2016.

MADARIAGA, In3s S3nchez. **Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida.** Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urban3stica de la Universidad de Valladolid, N38: Reciclar la ciudad, 2004. Dispon3vel em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1253144>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e pap3is de g3nero no acesso a pol3ticas assistenciais. **Revista Brasileira de Ci3ncia Pol3tica**, n3 2. Bras3lia, julho-dezembro de 2009, pp. 119-157. Dispon3vel em ([PDF](#)) [Cidadania na Perspectiva das Mulheres Pobres e Pap3is de G3nero no Acesso a Pol3ticas Assistenciais \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 17 fev. 2020.

MCDOWELL, Linda. **G3nero, identidad y lugar:** um estudio de las geograf3as feministas. Madrid: Ediciones C3tedra, 2000.

MUX3, Zaida. **Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos.** In: El derecho humano a la vivienda, janeiro de 2009. Dispon3vel em ([12](#)) ([PDF](#)) [Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 19 out. 2021.

SAFFIOTTI, Heleieth. **G3nero, patriarcado e viol3ncia.** S3o Paulo: Express3o Popular: Funda33o Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Joseli M. **Geograf3as subversivas:** discursos sobre espa3o, g3nero e sexualidades. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2009.

TAVARES, Rossana Brand3o. **Indiferen3a 3 diferen3a:** espa3os urbanos de resist3ncia na perspectiva das desigualdades de g3nero. 2015. 231 f. Tese (Programa de P3s-Gradua33o em Urbanismo – Mestrado e Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

Contribuições das autoras:

Tuize Rovere: Pesquisa Bibliográfica: Participou ativamente na pesquisa extensiva de literatura relevante relacionada ao tema do artigo, garantindo uma base sólida de informações. Estruturação do Conteúdo: Colaborou na organização e estruturação coerente do artigo, estabelecendo uma sequência lógica para a apresentação das ideias. Redação Inicial: Contribuiu para a redação inicial de seções específicas, trazendo uma abordagem clara e concisa à comunicação das informações.

Mariana Barbosa de Souza: Pesquisa Bibliográfica: Participou ativamente na pesquisa extensiva de literatura relevante relacionada ao tema do artigo, garantindo uma base sólida de informações. Estruturação do Conteúdo: Colaborou na organização e estruturação coerente do artigo, estabelecendo uma sequência lógica para a apresentação das ideias. Redação Inicial: Contribuiu para a redação inicial de seções específicas, trazendo uma abordagem clara e concisa à comunicação das informações.

Contribuição Conjunta:

Discussões Colaborativas: Ambas as autoras participaram de discussões colaborativas frequentes, trocando ideias, debatendo abordagens e tomando decisões conjuntas sobre o conteúdo do artigo. Revisão Iterativa: Colaboraram nas várias iterações de revisão do artigo, incorporando feedback de maneira construtiva e refinando o texto para alcançar o resultado final.
